



AGENDA ESTADUAL



Propostas Firjan para um Rio de Futuro



Caminhos para
o desenvolvimento do
Rio de Janeiro e do Brasil.
2027-2030

AGO. 2026

SÉRIE
Rio de Futuro

Ficha Catalográfica

Firjan

F523p Propostas Firjan para um Rio de futuro : agenda estadual / Firjan.
– Rio de Janeiro: [s.n], 2026.
24 p. : il., color. – (Série Rio de Futuro)

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento Regional.
3. Políticas Públicas. 4. Planejamento estratégico. 5. Competitividade.
6. Desenvolvimento sustentável. 7. Indústria fluminense. 8. Rio de
Janeiro (Estado). I. Título. II. Série.

CDD 338.98153



AGO. 2026

presidencia@firjan.com.br

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1
Centro, Rio de Janeiro

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Luiz César Caetano

1º Vice-Presidente Firjan

Carlos Erane de Aguiar

2º Vice-Presidente Firjan

Henrique Antônio Nora Oliveira Lima Junior

1º Vice-Presidente CIRJ

Isadora Landau Remy

2º Vice-Presidente CIRJ

Antonio Carlos Vilela

Diretor Executivo Sesi SENAI

Alexandre dos Reis

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa

Alexandre dos Reis (Interino)

Diretora de Gestão de Pessoas, Diversidade e Produtividade

Cintia da Silva Gaspar Miranda (Interina)

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Educação e Cultura

Vinícius Cardoso

COORDENAÇÃO

Gerência Geral de Estudos e Estratégias

Divisão de Estratégia e Performance

CONTEÚDO TÉCNICO

Diretoria de Educação e Cultura

Gerência de Desenvolvimento e Inovação Empresarial

Gerência de Estudos Econômicos

Gerência de Estudos e Pesquisas

Gerência de Infraestrutura

Gerência de Integridade Corporativa

Gerência de Sustentabilidade

Gerência Firjan Internacional

Gerência Geral de Relacionamento

Gerência Geral de Petróleo, Gás, Energias e Naval

Gerência Jurídico Empresarial Cível

Gerência Jurídico Trabalhista

Gerência Jurídico Tributário

PROJETO GRÁFICO

Gerência Geral de Reputação e Comunicação

Gerência de Comunicação Estratégica e Consultoria

Gerência de Imprensa e Conteúdo

Gerência de Marca e Comunicação

Divisão de Marca e Soluções de Comunicação

Sumário

- MENSAGEM DO PRESIDENTE.....4
- AGENDA DE PROPOSTAS FIRJAN PARA UM RIO DE FUTURO.....5
- DO RIO DO PRESENTE AO RIO DE FUTURO6
- PROPOSTAS8
 - Segurança pública.....8
 - Energia 10
 - Energia elétrica 11
 - Petróleo e gás 11
 - Infraestrutura12
 - Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.....13
 - Mobilidade urbana..... 15
 - Saneamento básico 15
 - Sistema tributário..... 16
 - Reformas estruturantes17
 - Sustentabilidade fiscal.....17
 - Reforma do gasto público17
 - Modernização do Estado.....17
 - ESG 18
 - Ambiental..... 19
 - Social20
 - Governança20
 - Fomento ao negócio21
 - Inovação 22
 - Estímulo ao investimento 22
 - Capital humano 23
 - Educação 24

Mensagem do Presidente

O Rio de Janeiro reúne vocações econômicas e vantagens estratégicas capazes de sustentar uma nova trajetória de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, ainda enfrenta desafios estruturantes que limitam sua competitividade, encarecem investimentos e dificultam a expansão das empresas. Superar esses entraves é condição essencial para transformar potencial em resultado.

Ao percorrer todo o estado e ouvir nossos empresários, ficou evidente a urgência de superar gargalos primários para o crescimento fluminense, como segurança pública, logística e energia elétrica. Também se mostrou indispensável avançar em outros temas como isonomia tributária, desburocratização do licenciamento ambiental e expansão do acesso a crédito, proporcionando as bases para a competição justa com outros estados.

A partir dos diagnósticos oferecidos pelos estudos Vocações e Potencialidades e Custo Rio, debatemos propostas capazes de orientar políticas públicas voltadas à melhoria do ambiente de negócios, à expansão industrial, à inovação e ao fortalecimento da competitividade do estado.

A Agenda de Propostas Firjan para um Rio de Futuro apresenta 50 propostas de âmbito federal e 45 de âmbito estadual para oferecer ao Poder Público caminhos para o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Queremos equacionar desafios, reforçar vocações e alavancar potencialidades, concretizando o Rio de Futuro.

Com esta agenda, a Firjan reafirma seu compromisso com a indústria fluminense, com a atração de investimentos e com a construção de um Rio de Janeiro mais competitivo.

Agenda de propostas Firjan para um Rio de Futuro

A Agenda de propostas Firjan para um Rio de Futuro nasce do encontro entre estudo técnico e escuta empresarial. O ponto de partida é o Estudo de Vocações e Potencialidades Econômicas do Rio de Janeiro lançado em dezembro de 2025, que identifica os principais ativos e fronteiras de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro. Em maio de 2026, debatemos os desafios da competitividade fluminense no lançamento do estudo Custo Rio, que apresentou ranking comparativo do estado do Rio de Janeiro com demais unidades da federação em seis grandes eixos temáticos: financiamento, capital humano, infraestrutura, ambiente jurídico-regulatório, tributação e segurança pública.

A partir desse diagnóstico, a Firjan conduziu uma ampla rodada de escuta em todos os seus 26 conselhos empresariais, entre regionais, temáticos e setoriais, apresentando o Rio de Futuro e promovendo debates orientados à construção coletiva de propostas estruturantes.

Ao longo do processo, foram ouvidos aproximadamente 520 empresários, que contribuíram com prioridades, demandas e propostas necessárias ao desenvolvimento da indústria fluminense. Essa escuta permitiu transformar os desafios identificados em uma agenda concreta de

atuação, conectada às necessidades reais do setor produtivo para ampliar a competitividade do Rio de Janeiro. A agenda integra o conjunto de contribuições da Firjan para um Rio de Futuro, que reúne as vocações e potencialidades do estado, os desafios de competitividade e as iniciativas voltadas a enfrentar os principais entraves ao desenvolvimento do estado.

A escuta empresarial é o pilar central da agenda, alicerçada no embasamento técnico das equipes da Firjan. É da combinação entre evidência, inteligência e cenários que nasce uma agenda capaz de impulsionar o poder público a promover uma guinada transformadora na trajetória do estado do Rio de Janeiro.

A Agenda de Propostas Firjan para um Rio de Futuro representa o caminho para converter potencial em resultado. Ela é o pavimento necessário para que as vocações econômicas do Rio de Janeiro se traduzam em investimento, inovação, geração de empregos, sustentabilidade, competitividade empresarial e melhoria do ambiente de negócios.

Apresentamos a seguir uma visão geral dos diagnósticos apontados nos estudos Potencialidades e Vocações do Rio de Janeiro e Custo Rio.



Do Rio do Presente ao Rio de Futuro

Para construção desta Agenda, foram adotados como pontos de partida os diagnósticos oferecidos por dois estudos produzidos pela Firjan: Vocações e Potencialidades, publicado em dezembro de 2025, e Custo Rio, lançado em maio de 2026.

O estudo de Vocações e Potencialidades Econômicas do Rio de Janeiro identifica as principais oportunidades de desenvolvimento do estado. O levantamento combina a análise de mais de 270 mil dados, o mapeamento das atividades industriais, a leitura de dez regiões fluminenses e a consulta a mais de 200 atores estratégicos. A partir disso, o estudo organiza uma visão objetiva sobre os ativos já existentes no território e as vocações industriais que podem sustentar um novo ciclo de crescimento. O estudo traça o caminho para diversificar a base produtiva, fortalecer setores consolidados e estimular atividades em expansão.

A indústria é protagonista nessa trajetória. No estado do Rio de Janeiro, a indústria geral emprega 745,4 mil trabalhadores, o equivalente a 6,3% dos empregos industriais formais do país. Embora responda por 17% dos empregos formais estaduais, sua participação na massa salarial chega a 25,3%, o que evidencia a relevância de atividades intensivas em capital, tecnologia e qualificação. O estado também apresenta o maior percentual nacional de empregados da indústria com ensino superior, alcançando 14,3% em 2023. Ao ativar suas potencialidades, o Rio de Janeiro pode elevar sua participação no PIB industrial brasileiro, atualmente de 17%, para 23%. Esse ganho de participação representa um acréscimo potencial ao PIB estadual estimado em R\$ 210 bilhões e a geração de 676 mil empregos.

O estudo distribui as oportunidades do estado em nove fronteiras de desenvolvimento, estruturadas a partir de três blocos. O primeiro é fortalecer ativos e setores estratégicos já consolidados, com foco em Transição Energética, Baixo Carbono e Economia Circular, Complexo Portuário-Logístico e Corredores Produtivos, e Turismo, Cultura e Economia Criativa. O segundo é inovar e garantir competitividade de arranjos produtivos relevantes para o estado, incluindo Economia do Mar, Indústria

Naval e Bioeconomia Marinha, Complexo da Saúde e Farmoquímica, e Complexo Aeroespacial e Metalmeccânico MRO (Manutenção, reparo e operação). O terceiro é fomentar novas frentes conectadas às demandas futuras, com destaque para Indústria Química e Petroquímica Avançada, Agroindústria e Bioeconomia Territorial, e Hub de Inovação, Tecnologia, Inteligência Artificial e Data Centers.

Esses ativos formam um terreno fértil para a rearticulação da indústria fluminense, e o Estudo de Vocações e Potencialidades funciona como um mapa de oportunidades. Ele indica onde o Rio de Janeiro pode avançar em relação aos demais estados, quais atividades devem receber prioridade e quais recomendações podem contribuir para uma trajetória de desenvolvimento industrial sustentável, competitiva e diversificada. Ao conectar vocações econômicas, ativos territoriais e frentes produtivas de futuro, o estudo oferece uma direção estratégica para transformar potencial em crescimento, ampliar a participação da indústria na economia e consolidar uma nova etapa de desenvolvimento para o estado.

O estudo Custo Rio, por sua vez, oferece um ranking de competitividade estadual, apontando as fortalezas e fraquezas do Rio de Janeiro quando comparado às demais unidades da federação. Dessa forma, o Custo Rio dimensiona o peso econômico dos gargalos fluminenses e indica em quais temas o estado apresenta desempenho mais crítico e onde há maior espaço para avanço competitivo.

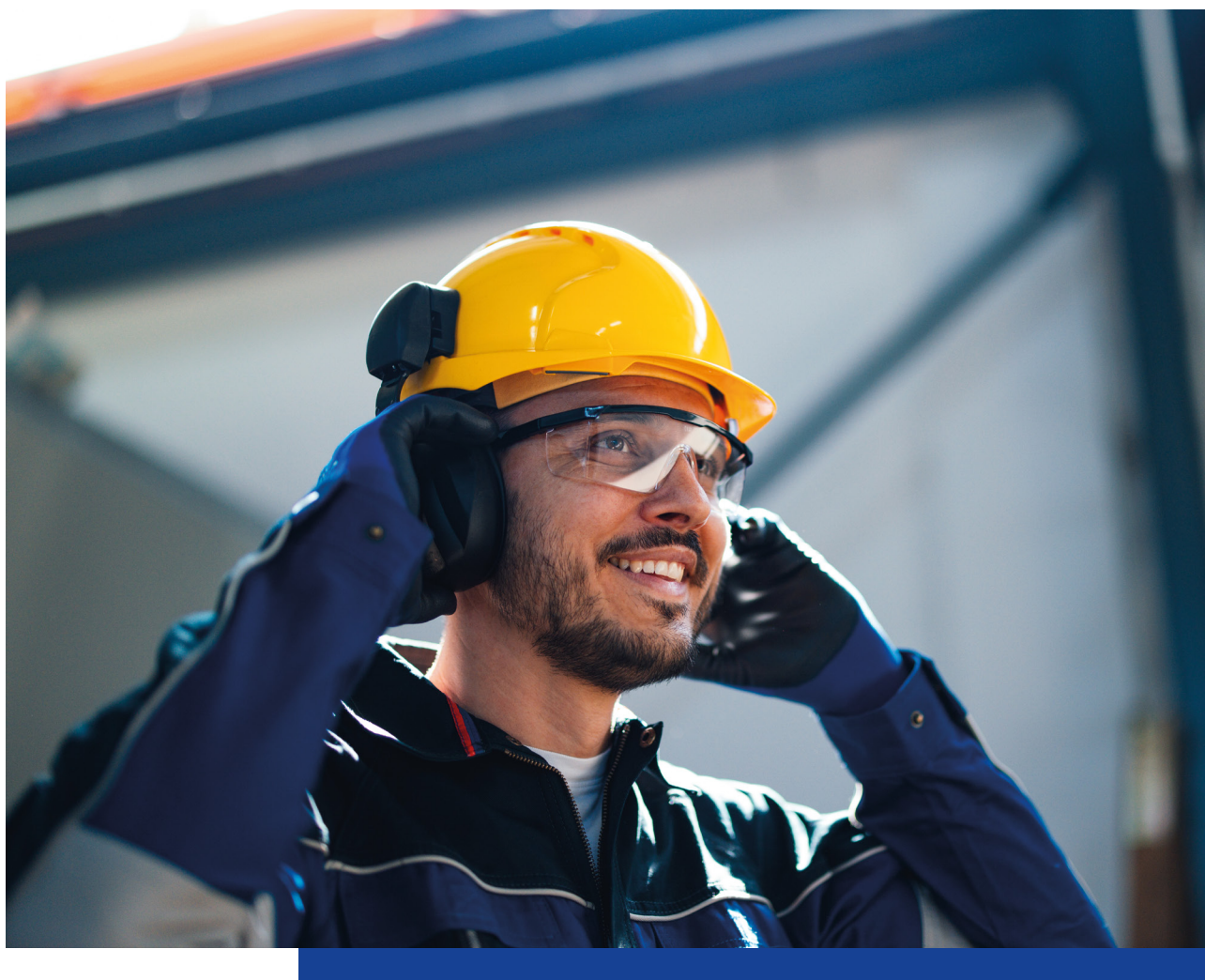
O comparativo organiza os principais gargalos da competitividade fluminense em seis grandes eixos temáticos: financiamento, capital humano, infraestrutura, ambiente jurídico-regulatório, tributação e segurança pública. Esses eixos são desdobrados em 18 indicadores capazes de capturar diferentes dimensões do ambiente de negócios, contemplando toda a lógica da atividade produtiva. Os indicadores abordam desde os custos associados à entrada e à instalação de um negócio, como burocracia, insegurança jurídica e regulação, até os desafios enfrentados na operação cotidiana das empresas, como logística, tributação, informalidade e segurança pública. O estudo

também incorpora fatores que impactam diretamente a capacidade de expansão das empresas, especialmente o custo do crédito, as condições de financiamento e o ambiente para investimentos. O Rio de Janeiro concentra infraestrutura logística, capacidade energética, capital humano qualificado, mercado consumidor sofisticado e uma base produtiva diversificada, além de vantagens competitivas em setores estratégicos como petróleo e gás, indústria naval, química, economia criativa, turismo e serviços avançados. Ainda assim, produzir, investir e expandir negócios no estado continua mais caro, mais complexo e mais arriscado do que poderia ser.

O Custo Rio alcança aproximadamente R\$ 275 bilhões por ano a mais comparado ao padrão médio observado

nos países da OCDE. Esse valor equivale a cerca de 20% do PIB fluminense. Na prática, esse custo funciona como um "sócio oculto" da economia do Rio de Janeiro, que captura recursos, reduz margens, compromete decisões de investimento e limita a geração de renda.

Mais do que mensurar perdas, o Custo Rio converte gargalos em oportunidades. O custo elevado não é inevitável. Ele reflete desafios institucionais, regulatórios e estruturais que podem ser enfrentados por meio de uma agenda coordenada de competitividade. Reduzir o Custo Rio significa ampliar a capacidade do estado de investir, produzir, inovar e crescer de forma sustentável. Menos custo. Mais Rio.



Propostas

Segurança pública

A segurança pública é o principal entrave do estado do Rio de Janeiro. É o pressuposto mais essencial para o desenvolvimento econômico, a atração de investimentos e a circulação de mercadorias e trabalhadores. Nesse sentido, a escuta empresarial realizada pela Firjan mostrou que o combate ao crime organizado e aos mercados ilegais é o tema de maior prioridade do setor produtivo. Dois em cada três empresários afirmam que as decisões de investimentos no Rio de Janeiro são afetadas pelas condições de segurança no estado¹. Além disso, os custos com o roubo de carga no Rio de Janeiro vão além da perda direta, contemplando ainda custos indiretos, como a contratação de segurança privada e seguros, que su-

peram a perda direta e somam 84% do custo total. O incremento dos custos de prevenção afeta toda a sociedade fluminense, e não apenas as vítimas diretas do crime. O estudo Custo Rio estima um custo adicional de R\$ 31,1 bilhões ligados à insegurança e à ilegalidade no Rio de Janeiro. As propostas deste eixo buscam enfrentar a cadeia econômica do crime, ampliar a integração entre órgãos federais, estaduais e municipais, fortalecer o controle territorial e de divisas e modernizar a capacidade investigativa e tecnológica das forças de segurança, para criar condições mais seguras à sociedade e ao crescimento da economia fluminense.

1. **Fortalecer o enfrentamento estadual aos mercados ilegais e à cadeia econômica do crime, incluindo roubo de cargas, receptação, comércio de produtos falsificados e de origem ilícita**, por meio da integração entre as polícias Civil e Militar, a Receita Estadual e os municípios, com foco na fiscalização de atividades irregulares, no compartilhamento de inteligência com o setor produtivo e na redução da impunidade.
2. **Enfrentar o déficit estrutural de vagas do sistema prisional fluminense** por meio de Parcerias Público-Privadas e concessões para a criação de novas unidades prisionais, concebidas desde sua origem com foco em formação profissional e reinserção produtiva conectadas às demandas de mercado com metas de empregabilidade e redução de reincidência.
3. **Assegurar a implementação efetiva do Plano Estratégico de Reocupação Territorial**, no âmbito da ADPF 635, com abordagem integrada que articule segurança pública, ordenamento urbano e desenvolvimento social, estratégias de atuação policial orientadas à minimização de confrontos, critérios objetivos de seleção e priorização territorial, planejamento financeiro e cronograma de implementação. A retomada de territórios deve ser acompanhada de mecanismos de consolidação e expansão que garantam resultados duradouros, com prioridade para corredores industriais, eixos logísticos estratégicos e infraestruturas críticas, e canal permanente de interlocução entre o setor produtivo e os órgãos de segurança pública.

¹ Panorama do roubo de carga no estado do Rio de Janeiro – 2026, p. 1.

Disponível em: [Panorama do roubo de carga no estado do Rio de Janeiro – 2026 | Observatório Firjan](#).

4. **Estruturar um Programa permanente de Controle de Divisas com governança integrada entre a Secretaria de Fazenda e os órgãos de segurança pública** conectando de forma estruturada as capacidades já existentes no estado (operações de campo, tecnologia OCR e inteligência fiscal) e posicionando o Rio de Janeiro como referência nacional nesse campo de atuação.
5. **Criar um Fórum Permanente de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**, com participação de entidades da sociedade civil e do setor produtivo, para o planejamento e o monitoramento de políticas de segurança pública com abordagem regionalizada, reconhecendo as heterogeneidades territoriais do estado e promovendo estratégias específicas para cada região.
6. **Elevar a capacidade investigativa das polícias do estado do Rio de Janeiro, com foco no aumento da taxa de elucidação de crimes**, por meio do investimento em formação especializada de investigadores, modernização de laboratórios forenses, ampliação das unidades de inteligência e fortalecimento da integração entre as forças de segurança estaduais e federais para investigação de crimes de maior complexidade.
7. **Ampliar a transparência dos dados de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**, por meio da publicação dos microdados desagregados das ocorrências registradas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), do georreferenciamento dos registros e da disponibilização de interface programática de acesso (API) aberta, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, habilitando análises territoriais e setoriais aprofundadas pela sociedade civil, pelo setor produtivo e pela academia.
8. **Ampliar os investimentos estaduais em tecnologia, aparelhamento e inteligência aplicados à segurança pública**, contemplando soluções de monitoramento, comando e controle e inteligência criminal, e articulando mecanismos de subvenção e encomenda tecnológica que estimulem o desenvolvimento de soluções por empresas fluminenses, aproveitando os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Energia

O Rio de Janeiro é energia. Estamos entre os maiores produtores de petróleo do mundo, responsável por 88% da produção brasileira em 2025, de acordo com o Anuário do Petróleo no Rio 2026 da Firjan. Somos exportadores de energia e de insumos industriais estratégicos com grande diversidade de aplicações. Essa é a nossa grande potência, mas também somos protagonistas na diversificação de fontes – da solar a nuclear, da hidroeletricidade ao carvão e com projetos em frentes como hidrogênio e eólica offshore.

A contribuição do Rio para o país é tanto pela exportação de óleo cru, primeiro item da balança comercial, quanto pelo abastecimento de combustíveis derivados do petróleo e na geração de energia, onde contribuímos com perto de 1/3 da matriz. Dados do Anuário do Petróleo apontam para uma geração de recursos de royalties e participações especiais com origem na produção de O&G do estado do Rio de Janeiro e seus municípios da ordem de R\$ 517 bilhões nos últimos 10 anos, período entre 2016 e 2025. Desse montante, R\$ 217 bilhões foram destinados para a União, outros estados e demais municípios do Brasil. Em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), são mais de R\$ 20 bilhões em obrigações de investimentos gerados no mesmo período.

O estado é responsável também pela liderança do mercado de gás natural, com grandes campos produtores, maior destino da produção nacional offshore a partir de duas linhas de escoamento instaladas e mais dois projetos futuros – projeto Raia e o Rota Sul –, maiores unidades de processamento de gás natural e com potencial de expansão do consumo a partir de empreendimentos como petroquímica, térmicas e indústrias de fertilizantes nitrogenados.

Nos mercados de petróleo, gás e energias, destacam-se propostas para aumentar a competitividade do gás na-

tural e concretizar novos projetos de energia e a partir de maior agregação de valor. São oportunidades que irão transformar a economia do estado do Rio de Janeiro, com destaque para o empreendimento do Complexo de Energias Boaventura, que pode fixar o gás no estado pela construção de demanda aqui, e os investimentos em projetos de revitalização da produção de campos maduros, atividade de descomissionamento, fazendas eólicas offshore, hidrogênio e fertilizantes.

Um desafio preponderante do Rio de Janeiro enquanto hub energético é a qualidade no fornecimento de energia elétrica. A baixa qualidade do serviço é grande fonte de insatisfação na indústria e no encadeamento produtivo fluminenses. A escuta empresarial apontou a necessidade de ampliar e modernizar a infraestrutura elétrica, reduzir perdas e, principalmente, melhorar a qualidade do serviço.

Os indicadores oficiais apontam média de 3,74 interrupções e 7,24 horas de tempo médio por interrupção². Além de serem superiores à maioria dos estados do Sudeste, não refletem a realidade por considerarem apenas eventos superiores a três minutos. Para a indústria, contudo, interrupções ou oscilações de energia de curta duração já são suficientes para afetar o processo produtivo, sendo comum a interrupção do funcionamento de máquinas e equipamentos e necessário acionar geradores, encarecendo sobremaneira os custos de produção. Levantamento conduzido pelo cluster automotivo fluminense, localizado no Sul do estado do Rio de Janeiro, aponta 68 interrupções no fornecimento de energia em 2025, com duração entre 11 e 45 horas. Trata-se de patamares significativamente superiores aos observados nos indicadores oficiais. As propostas deste eixo buscam fortalecer o setor energético e reduzir os prejuízos causados pelo fornecimento de energia elétrica.

² Aneel – Indicadores de continuidade DEC e FEC. Disponível em: [ANEEL](#)
[| Portal Reports Abertos](#).

Energia elétrica

1. **Criar, em parceria com as concessionárias, plano de expansão e modernização da infraestrutura elétrica do estado**, ampliando a qualidade do fornecimento, a disponibilidade de atendimento a novas cargas e a transparência das informações sobre a capacidade da rede para suportar investimentos produtivos.
2. **Intensificar o combate às perdas de energia e às ligações irregulares** por meio de ações integradas entre concessionárias, poder público e órgãos de segurança, reduzindo custos para consumidores regulares, aumentando a eficiência do sistema elétrico e melhorando a qualidade do serviço prestado.

Petróleo e gás

1. **Permitir a migração de consumidores de gás natural para o mercado livre**, sem prejudicar os clientes do mercado cativo.
2. **Realizar nova licitação para concessão do serviço de distribuição de gás natural no Rio de Janeiro** com base nas modernizações alcançadas pelo mercado e protegendo o consumidor final.
3. **Adotar medidas de estímulo ao mercado de gás natural**, ancorando demanda para o maior aproveitamento da produção nacional.
4. **Reduzir os preços do gás natural aos consumidores finais**, com maior multiplicidade de agentes ofertantes da molécula e maior competitividade das tarifas nos diferentes elos da cadeia.
5. **Garantir infraestrutura necessária de logística, energia e segurança para o desenvolvimento do Complexo de Energias Boaventura.**



Infraestrutura

A infraestrutura é vetor decisivo para a integração territorial e a atração de novos investimentos. O Rio de Janeiro é um estado de logística e com localização estratégica, sendo o epicentro de um raio de 500 km que concentra 52% do PIB brasileiro. A escuta empresarial realizada pela Firjan, contudo, evidenciou grandes gargalos logísticos que limitam o pleno aproveitamento das vocações produtivas e potenciais econômicos do Rio de Janeiro, especialmente na adequação e melhoria das conexões entre rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. O setor produtivo apontou também preocupações relativas à mobilidade urbana, visando à redução do tempo de deslocamento casa-trabalho, e ao saneamento, no cumprimento de metas de universalização de fornecimento de água e tratamento de esgoto.

Esse desafio ocorre em um cenário nacional de baixo investimento: nos últimos 15 anos, o Brasil investiu em média apenas 2,31% do PIB em infraestrutura, chegando a 2,22% em 2024, abaixo da própria taxa de depreciação dos ativos, estimada em 2,27%. Para superar o déficit acumulado, o país precisaria elevar esse esforço para

4,19% do PIB ao ano nas próximas duas décadas. A consequência direta desse atraso aparece no custo logístico, que alcança cerca de 15,5% do PIB brasileiro, patamar muito superior ao de economias desenvolvidas e que reduz a competitividade da produção nacional.

No Rio de Janeiro, os entraves estruturais retiram R\$ 274,8 bilhões por ano da economia estadual, o equivalente a 20,2% do PIB fluminense³. Desse total, R\$ 40,6 bilhões estão associados à infraestrutura, sendo R\$ 30,7 bilhões apenas em custo logístico. Embora o estado disponha de ativos estratégicos, como portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, essa base ainda não se converte plenamente em vantagem competitiva por conta de gargalos operacionais, regulatórios, de segurança e de governança. Diante de cerca de R\$ 41 bilhões em investimentos previstos para 2026–2028⁴, as propostas deste eixo buscam destravar projetos, aprimorar concessões e parcerias, reduzir custos logísticos e assegurar que a infraestrutura sustente o fortalecimento da indústria, a geração de empregos e um novo ciclo de desenvolvimento para o Rio de Janeiro e para o Brasil.



³ Custo Rio – O Desafio da Competitividade Fluminense, p. 24. Disponível em: [Custo Rio – O Desafio da Competitividade Fluminense | Observatório Firjan](#).

⁴ Panorama dos Investimentos no Estado do Rio de Janeiro 2026–2028, p. 2. Disponível em: [Panorama dos Investimentos no Estado do Rio de Janeiro 2026–2028 | Observatório Firjan](#).

Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos

1. **Concluir o corredor logístico integrado do Norte Fluminense**, conectando o Distrito Industrial de Guarus ao Porto do Açu e ao eixo interestadual da Ponte da Integração:
 - a) Concluir as obras de pavimentação das RJ-194 e RJ-196, que dão acesso às cabeceiras da Ponte da Integração, dentro do prazo previsto;
 - b) Executar a ligação viária entre o Distrito Industrial de Guarus (CODIN) e a BR-101, eliminando o tráfego de veículos pesados pelas vias urbanas do município;
 - c) Realizar as melhorias de infraestrutura interna do distrito — pavimentação, drenagem e condições operacionais — como condição para plena integração logística do polo com o Porto do Açu.
2. **Lançar novo bloco de concessões de rodovias estaduais, estruturando lotes nas regiões do estado** como instrumentos de investimento e melhoria da conectividade logística para as regiões industriais do Rio de Janeiro:
 - a) Contratar estudos de viabilidade técnica e econômica para as rodovias das regiões Noroeste (RJ-122/158/160/186), Leste (RJ-104/106) e Sul (RJ-127/145/155), como base obrigatória para a elaboração dos editais de concessão;
 - b) Para as rodovias da região Noroeste, garantir nível de serviço compatível com as demandas da agropecuária e da agroindústria regional — eixo econômico central da região com maior carência de infraestrutura do estado;
 - c) Para as rodovias da região Sul, priorizar a RJ-155 como eixo estruturante do polo siderúrgico e metalmeccânico do Médio Paraíba, assegurando padrão de nível de serviço compatível com o perfil de tráfego industrial pesado do corredor;
 - d) Garantir a inclusão da RJ-127 (Seropédica–Vassouras) e da RJ-145 (Barra do Piraí–Rio das Flores) no lote da região Sul, completando a conectividade do interior fluminense com Minas Gerais e a Baixada Fluminense.

Além disso, elaborar e publicar plano estruturado de investimentos e manutenção preventiva para a malha rodoviária estadual não concedida, com horizonte mínimo de quatro anos, orçamento multianual definido e prioridade para as rodovias de escoamento industrial e mineral — em especial as **RJ-130, RJ-142, RJ-148, RJ-150, RJ-152, RJ-158, RJ-164, RJ-166 e RJ-238**.

3. **Revisar o contrato de concessão da RJ-116** a partir dos resultados da consultoria de vantajosidade, adequando-o aos investimentos e obras necessários para o desenvolvimento da região Centro-Norte Fluminense:
 - a) Utilizar os resultados da consultoria de vantajosidade — cuja contratação está prevista no 6º Termo Aditivo — como instrumento para adequar o escopo de obras do novo ciclo concessório de 25 anos, incorporando o Contorno de Nova Friburgo como obrigação contratual sempre que tecnicamente justificado;
 - b) Exigir que a Agetransp publique em prazo definido os instrumentos regulatórios pendentes — DUF, indicadores de qualidade e parâmetros de revisão quinquenal —, tornando o contrato plenamente exigível e fiscalizável;
 - c) Garantir que eventuais revisões contratuais decorrentes da análise de vantajosidade preservem o equilíbrio entre os interesses da concessionária e as obrigações de investimento e qualidade de serviço devidas à região Centro-Norte Fluminense.

4. **Elaborar Plano Estratégico Integrado do Sistema Portuário Fluminense** e implantar programa de dragagem preventiva e continuada como condição estrutural para a competitividade dos portos do estado:
- a) Definir o posicionamento e a vocação complementar de cada um dos portos localizados no Rio de Janeiro, evitando sobreposição de funções e maximizando a eficiência do sistema — incorporando ao plano os processos de arrendamento dos terminais ITG03, RDJ10 e RDJ06A como parte integrante da estratégia portuária;
 - b) Implantar programa de dragagem preventiva e continuada para todos os portos do estado, tratando o assoreamento como gargalo histórico que compromete a capacidade operacional dos terminais e afasta investimentos — com cronograma, orçamento multianual e responsabilidades claramente definidas;
 - c) Estabelecer cronograma de novos arrendamentos com integração multimodal adequada, assegurando que as concessões sejam estruturadas de forma coerente com a estratégia integrada do sistema e não como processos isolados.
5. **Elaborar política estadual de fomento à vocação logística e industrial dos aeroportos fluminenses**, posicionando o Rio de Janeiro como referência nacional em infraestrutura aeroportuária para carga, comércio exterior e operações offshore:
- a) Estruturar plano estadual de desenvolvimento aeroportuário voltado ao fortalecimento da vocação logística dos aeroportos do estado — Galeão, Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio e Maricá —, definindo o papel estratégico de cada terminal na cadeia de transporte de carga, comércio exterior e apoio às operações de óleo e gás;
 - b) Defender a revisão da tributação estadual incidente sobre o querosene de aviação (QAV), principal insumo operacional dos aeroportos, buscando reduzir o custo de operação dos terminais fluminenses e ampliar sua competitividade frente a aeroportos de outros estados que oferecem tratamento fiscal mais favorável;
 - c) Promover melhorias de acesso viário e multimodal aos aeroportos com vocação logística e industrial, tratando a conectividade terrestre como condição operacional indispensável para o crescimento das operações de carga e para a atração de novas rotas cargueiras;
 - d) Articular junto ao governo federal a simplificação dos regimes alfandegários aplicáveis a cargas industriais nos aeroportos fluminenses, reduzindo o custo de conformidade e aumentando a previsibilidade operacional para empresas exportadoras e importadoras do estado.

Mobilidade urbana

1. **Estruturar Política Estadual de Mobilidade Metropolitana Integrada**, com base no Plano de Mobilidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PlanMob Rio Metr pole/PRM 2034), garantindo a implementação das soluções de integração metropolitana e o planejamento de longo prazo do sistema de transportes:
 - a) Implementar as diretrizes e priorizar a carteira de projetos estruturantes do PlanMob Rio Metr pole/PRM 2034, traduzindo o plano em investimentos concretos em transporte de m dia e alta capacidade, integração intermodal e terminais de conexão;
 - b) Evoluir o recente acordo técnico Jaú-Riocard para interoperabilidade plena, garantindo que um único cartão seja aceito em todos os modos —  nibus municipais e intermunicipais, trens, metrô, BRT, VLT e barcas —, independentemente da jurisdição do operador;
 - c) Elaborar, durante o período do contrato transitório de cinco anos do Consórcio Nova Via Mobilidade, o Plano de Mobilidade Ferroviária Metropolitana de longo prazo — definindo o futuro do sistema de trens, com renovação de frota, modernização de sinalização, expansão de ramais e acessibilidade universal — como condição prévia ao processo licitatório da concessão definitiva;
 - d) Definir cronograma e modelo de financiamento para a Linha 3 do Metrô (Niterói-São Gonçalo), como marco de concretização do planejamento estruturante de longo prazo;
 - e) Estruturar novo modelo contratual de longo prazo para o sistema hidroviário metropolitano da Baía de Guanabara, com prazo adequado   amortização de investimentos e obrigações de renovação de frota e modernização dos terminais vinculadas ao contrato, tratando o modal aquaviário como componente estruturante da rede de mobilidade metropolitana;
 - f) Fortalecer o Instituto Rio Metr pole como estrutura de governança dedicada à implementação desta política pública, dotando-o de autoridade, capacidade técnica e mecanismos de coordenação interfederativa entre estado e municípios da Região Metropolitana.

Saneamento básico

1. **Garantir a transparência e o cumprimento das metas de universalização do saneamento básico** até 2033 por meio de:
 - a) Publicação per dica de relatórios de acompanhamento do cumprimento das metas de universalização;
 - b) Preservação das metas de 2033 em eventuais renegociações contratuais com as concessionárias, sem prorrogação de prazo ou redução de escopo;
 - c) Aplicação de penalidades por descumprimento de metas.

Sistema tributário

A competitividade tributária é fator-chave para o sucesso dos negócios e de políticas de atração de investimentos. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou que a complexidade das regras fiscais, a instabilidade na concessão de incentivos e a baixa liquidez de créditos tributários são gargalos preponderantes para o setor produtivo fluminense.

No Rio de Janeiro, esse cenário é protagonizado por uma das maiores cargas de ICMS do país, com alíquota ge-

ral média de 22%. Não por acaso, o eixo tributário tem maior peso econômico no estudo Custo Rio: o custo associado a honrar tributos, em comparação aos padrões observados nos países da OCDE, é de R\$ 93 bilhões por ano, equivalente a 6,8% do PIB fluminense. No contexto da Reforma Tributária os desafios são mais sensíveis, sendo necessário preservar investimentos já realizados, assegurar compensações efetivas, evitar aumento de carga sem avaliação prévia de impacto.

1. **Adotar a transação tributária no Rio de Janeiro como mecanismo para resolução consensual e recuperação eficiente de créditos públicos**, a exemplo do que já é praticado pela União e outros estados brasileiros.
2. **Extinguir gradativamente o Fundo Orçamentário Temporário (FOT)**, providenciando de imediato a regulamentação da não cumulatividade do FOT e a exclusão do seu recolhimento do mero diferimento do ICMS.
3. **Equiparar a Competitividade Tributária do Rio de Janeiro com os Estados da Região Sudeste**. A equiparação tributária demanda:
 - a) Revisão de alíquotas;
 - b) Eliminação de sobrecargas específicas;
 - c) Concessão de incentivos setoriais compatíveis com os praticados pelos estados vizinhos, sem prejuízo do equilíbrio fiscal.
4. **Revisar as penalidades aplicáveis ao descumprimento de obrigações acessórias**, com a fixação de patamares menos gravosos, proporcionais à infração cometida e alinhados aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
5. **Rever os critérios previstos na Lei nº 6.979/2015 para possibilitar novas adesões** ao Tratamento Tributário Especial, considerando o papel do instrumento na interiorização de investimentos no estado.
6. **Reconhecer o benefício concedido pela Lei nº 6.979/2015 como crédito presumido de ICMS**, aumentando a competitividade das empresas fluminenses em relação a concorrentes de outros estados que adotam a prática.
7. **Ampliar os mecanismos de aproveitamento, transferência e monetização de créditos acumulados de ICMS**, entre as quais:
 - a) Previsão expressa de uso de créditos acumulados no âmbito de eventual programa de transação tributária;
 - b) Utilização do saldo credor acumulado para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura;
 - c) Possibilidade de venda, para terceiros, do crédito acumulado.

Reformas estruturantes

Um Estado eficiente, com capacidade de fomentar investimentos e promover a segurança jurídica, é condição necessária para o desenvolvimento econômico. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou que a rigidez das despesas obrigatórias, a baixa produtividade da administração pública, a complexidade regulatória e a fragilidade das regras fiscais reduzem a confiança no ambiente de negócios, encarecem o crédito e limitam a atuação do poder público como indutor do crescimento. No Rio de Janeiro, esse desafio é especialmente relevante: o estado possui uma das situações fiscais mais delicadas

do país, com elevado endividamento e baixa classificação de crédito, o que se traduz em maior sensibilidade a choques financeiros e em condições mais adversas para investir, expandir operações e captar recursos. O estudo Custo Rio estima que o impacto econômico adicional associado ao risco fiscal e financeiro fluminense seja de aproximadamente R\$ 19,2 bilhões por ano, equivalente a 1,4% do PIB estadual, o maior custo relativo entre as unidades da federação. As propostas deste eixo buscam fortalecer a sustentabilidade fiscal, modernizar a gestão pública e reduzir despesas obrigatórias.

Sustentabilidade fiscal

1. **Fortalecer as regras fiscais para assegurar trajetória sustentável da dívida pública** visando:
 - a) Revisar regras de crescimento da despesa pública;
 - b) Ampliar a transparência e previsibilidade fiscal;
 - c) Garantir mecanismos de responsabilização e penalidades para descumprimento das regras fiscais.

Reforma do gasto público

1. **Promover reforma das despesas obrigatórias para ampliar a capacidade de investimento e melhorar a qualidade do gasto público** através de:
 - a) Aprovação da reforma previdenciária com adesão de todos os entes e poderes;
 - b) Fim do reajuste automático do salário mínimo;
 - c) Redução de indexações automáticas de salários e benefícios;
 - d) Revisão das regras de fundos constitucionais, vinculações orçamentárias e emendas parlamentares.

Modernização do Estado

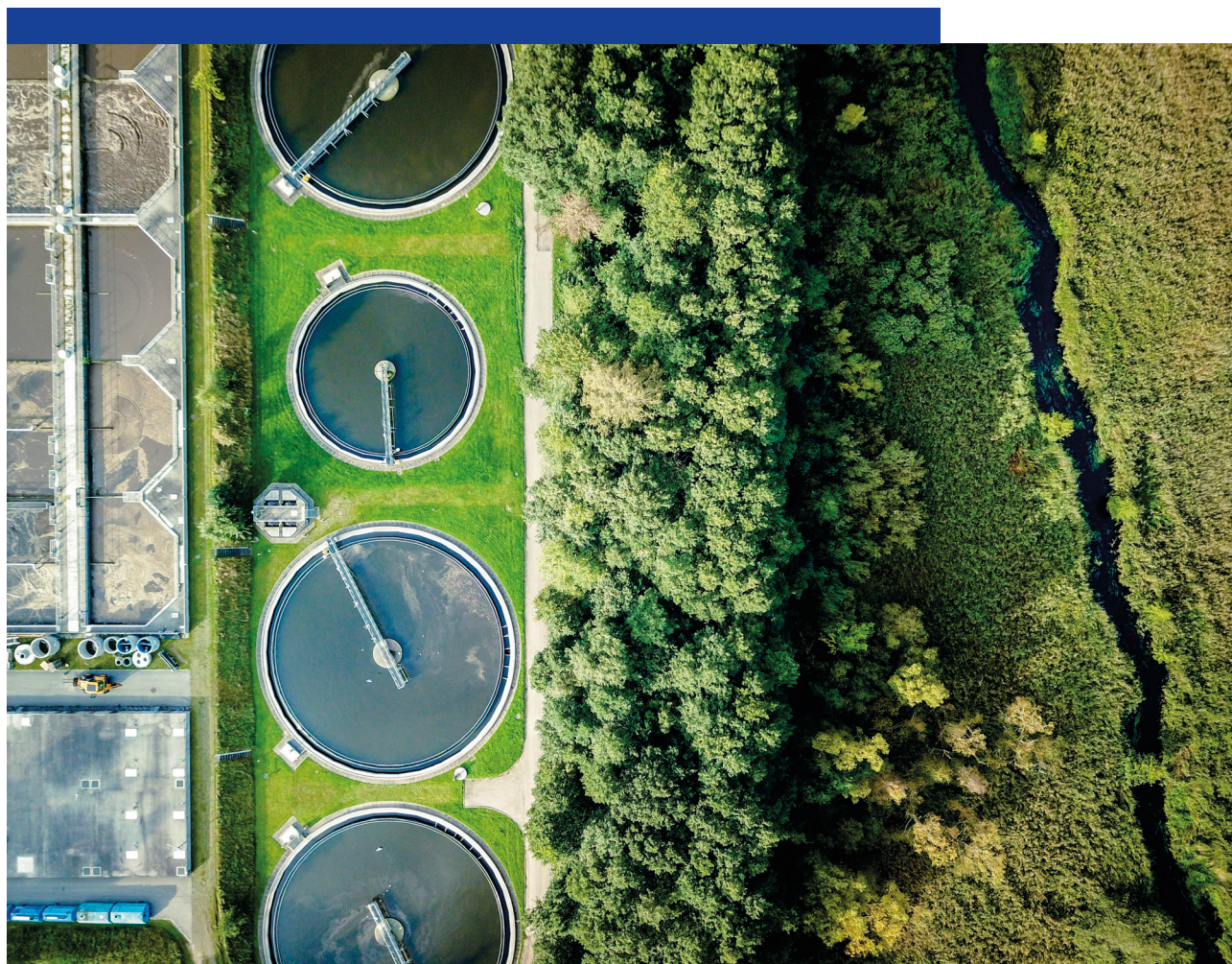
1. **Modernizar a gestão pública para elevar produtividade e eficiência** através de:
 - a) Implementação da reforma administrativa orientada à eficiência e gestão por resultados em todos os níveis de governo e poderes;
 - b) Conclusão da digitalização plena no setor público;
 - c) Simplificação do ambiente regulatório, ampliando a eficiência da administração pública e a competitividade da economia.

ESG

A agenda ESG se consolidou como pilar estratégico para empresas e investidores, orientando a gestão de riscos socioambientais. A Pesquisa Firjan ESG⁵ mostra que 85,2% das empresas do estado já incorporam ações ambientais, sociais e de governança nos seus processos e ao contratar fornecedores. No entanto, a escuta empresarial mostrou que a incorporação desses princípios ainda enfrenta gargalos, que vão da complexidade do licenciamento ambiental e da sobreposição de competências regulatórias à necessidade de políticas mais claras para economia circular, adaptação climática e fortalecimento de cadeias produtivas verdes. Isso gera não apenas a perda de oportunidades para as empresas como para o próprio estado: a falta de incentivos à indústria da reciclagem,

por exemplo, faz com que o Rio de Janeiro perca por ano R\$ 2,6 bilhões de reais em recursos.

A escuta empresarial conduzida pela Firjan destacou também a relevância de ações que promovam a diversidade e equidade, em especial com foco em gênero, que melhoram a competitividade das organizações. A pesquisa Firjan de Diversidade, Equidade e Inclusão na Indústria Fluminense mostrou que em dez anos a força de trabalho das mulheres na indústria representou um aumento de 3,3%. As propostas desse eixo buscam elevar o ESG a uma agenda prática de desenvolvimento, reduzir inseguranças regulatórias, modernizar e agilizar instrumentos públicos, induzir investimentos e comportar o crescimento da indústria fluminense.



⁵ Disponível em: <https://observatorio.firjan.com.br/inteligencia-competitiva/pesquisa-firjan-esg-2025>.

Ambiental

1. **Aprimorar o sistema de licenciamento ambiental do Estado do Rio de Janeiro**, por meio da consolidação dos instrumentos regulatórios, do fortalecimento das ferramentas de gestão e da melhoria da infraestrutura dos órgãos licenciadores. A medida deve contemplar a publicação do novo texto do SELCA, alinhado aos dispositivos da Lei Geral de Licenciamento Ambiental; a criação de programa permanente de capacitação em licenciamento e fiscalização ambiental; expansão e qualificação do corpo técnico; implantação de sistemas funcionais de acompanhamento de licenças; a criação da Superintendência Noroeste Fluminense e o avanço do licenciamento ambiental dos Distritos Florestais.
2. **Alavancar as ações de economia circular no Estado do Rio de Janeiro** por meio da publicação de uma Política Estadual de Economia Circular, do estabelecimento de políticas específicas de incentivo à simbiose industrial, da revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos para atração de novos empreendimentos de recuperação de valor dos resíduos, da desburocratização e facilitação de atividades relacionadas à reciclagem, ao transporte de resíduos, à recuperação de recursos e ao reuso de água, do incentivo às empresas, do fortalecimento das cadeias de valor relacionadas à recuperação de recursos e da rede de coleta, triagem e valorização de resíduos pós-consumo nos municípios, incluindo cooperativas de catadores, bem como do alinhamento dos instrumentos estaduais de logística reversa ao arcabouço nacional, de forma a preservar a competitividade das atividades desenvolvidas no estado.
3. **Fomentar ações de adaptação e resiliência às mudanças climáticas** por meio da revisão e publicação do Plano de Adaptação do Estado do Rio de Janeiro, da definição dos riscos e vulnerabilidades climáticas do estado, da realização de estudos e mapeamento de áreas de risco, do incentivo a ações adaptativas baseadas na natureza e na bioeconomia para empresas e cadeias de valor, da implementação de Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, incluindo a implantação de Distritos de Bioeconomia e a publicação de instrumentos de regulamentação e incentivo à produção e ao uso de bioinsumos na restauração florestal, na agricultura e em cadeias de valor da indústria.
4. **Estruturar ações de incentivo para mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no setor privado**, alinhando os esforços estaduais às iniciativas em nível nacional e internacional.

Social

1. **Fomentar iniciativas de combate à violência contra as mulheres** de modo permanente com governança estruturada, monitoramento contínuo e articulação interinstitucional visando a proteção feminina; e por meio da manutenção da Secretaria da Mulher.
2. **Regulamentar o direcionamento das doações financeiras empresariais do Fundo da Infância e Adolescência (FIA)** aos projetos aprovados pelo Conselho Estadual aos Direitos da Criança e do Adolescente, em linha com as diretrizes já definidas de doação privada pelo próprio conselho.

Governança

1. **Instituir instância de controle para garantir o cumprimento obrigatório e transparente quanto aos prazos de apreciação e deliberação de autorizações, licenças e outros afins**, visando desburocratizar, agilizar e evitar subterfúgios que afetem a lisura de processos e a competitividade de forma equitativa das empresas.
2. **Criar programa estadual de apoio à adequação das empresas fluminenses à LGPD**, com suporte técnico operacionalizado pela Firjan e incentivos para certificação em privacidade e proteção de dados, ampliando a competitividade da indústria local em mercados internacionais com exigências regulatórias crescentes.



Fomento ao negócio

O fomento ao negócio é um importante princípio norteador de políticas públicas. Os governos devem se colocar como indutores do aumento da competitividade empresarial e da ampliação do acesso mercado. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou desafios na inserção internacional das empresas e na capacidade de inovar, acessar crédito e aproveitar o potencial das vocações naturais do Rio de Janeiro.

No comércio exterior, a ampliação de acordos comerciais, o avanço de acordos de reconhecimento mútuo e a retomada da transparência de dados detalhados de exportação e importação são imprescindíveis para previsibilidade e internacionalização da indústria local.

No campo da inovação, destacam-se a necessidade de fortalecer a infraestrutura de dados e inteligência artificial. O eixo também reconhece a indústria criativa como motor de desenvolvimento econômico: no Brasil, a par-

ticipação do PIB Criativo no PIB total passou de 2,09% em 2004 para 3,59% em 2023⁶, evidenciando a crescente relevância nacional de segmentos como audiovisual, games, moda, grandes eventos e economia da cultura.

No estímulo ao investimento através do acesso ao crédito, o desafio é especialmente crítico: segundo o estudo do Custo Rio, diante da média dos países da OCDE, o custo do financiamento no estado gera perda econômica estimada em R\$ 31,9 bilhões por ano, equivalente a 2,3% do PIB estadual, colocando o Rio de Janeiro na 2ª posição nacional nesse sentido, sua pior colocação relativa entre os temas analisados pelo estudo.

As propostas deste eixo buscam ampliar instrumentos de financiamento, fortalecer fundos garantidores de crédito e criar condições para que empresas de diferentes portes e setores possam investir, inovar, exportar e crescer no Rio de Janeiro.



⁶ Mapeamento da Indústria Criativa no município do Rio de Janeiro, p. 16.

Disponível em: [Mapeamento da Indústria Criativa no município do Rio de Janeiro | Observatório Firjan](#).

Inovação

1. **Estimular mecanismos permanentes de conexão** com foco na:
 - a) aproximação entre demandas empresariais, competências científicas e infraestrutura laboratorial;
 - b) inserção de pesquisadores em ambientes industriais,
 - c) aproximação de estudantes e professores de extensão universitária com desafios reais da indústria e;
 - d) disseminação de cases de inovação na indústria fluminense.

Estímulo ao investimento

1. **Fortalecer a atuação da AgeRio com uma estratégia combinada que envolva a ampliação de parcerias com bancos de fomento, como BNDES e CAF, aliada à avaliação da utilização de recursos do antigo Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro** contemplando diversos setores industriais fluminenses. Especificamente para os setores de petróleo e gás e agroindústria propõe-se:
 - a) Petróleo, gás e naval - criação de uma linha estadual de crédito voltada à ampliação do acesso a financiamento para fabricantes e prestadores de serviços da cadeia produtiva. A iniciativa deve contemplar apoio à utilização de instrumentos como o Fundo da Marinha Mercante (FMM), além da flexibilização de garantias por meio de avaliações técnico-econômicas das empresas e de demandas contratadas, contribuindo para o fortalecimento da indústria fluminense e o aumento da competitividade do setor.
 - b) Cadeia agroindustrial - criação de uma linha específica de crédito para modernização, automação, inovação e custeio de produtores rurais e agroindústrias, operada pela AgeRio. A iniciativa pode se inspirar no modelo do Plano Safra do Governo Federal, criando uma versão estadual capaz de ampliar a produtividade, agregar valor à produção fluminense e estimular o desenvolvimento regional.
2. **Fortalecer a indústria criativa, incentivando polos de audiovisual e games, a internacionalização da moda e do audiovisual fluminense**, a criação de calendário permanente de grandes eventos, campanhas de comunicação da indústria criativa como um motor de desenvolvimento econômico e da melhoria da percepção da segurança pública.

Capital humano

O capital humano é o coração da operação da indústria. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou desafios na formação de mão de obra qualificada, atratividade do emprego formal e previsibilidade nas relações de trabalho. O Rio de Janeiro reúne uma das forças de trabalho mais qualificadas do país, condição que favorece atividades intensivas em conhecimento, inovação e serviços especializados e representa uma importante vantagem competitiva em relação a outras unidades da federação. Ainda assim, desafios relacionados à segurança jurídica, aos custos da contratação formal, à judicialização trabalhista, à qualificação profissional, à inclusão produtiva e à eficiência das políticas públicas de trabalho e Previdência continuam impondo obstáculos ao ambiente de negócios.

Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho passa por transformações estruturais impulsionadas pela digitalização da economia, pela incorporação de novas tecnologias, pelas mudanças demográficas e pela crescente

demanda por competências técnicas e comportamentais. Nesse contexto, torna-se essencial promover uma agenda de modernização das relações de trabalho que fortaleça a segurança jurídica, aumente a produtividade, amplie a qualificação e a inclusão da força de trabalho, aperfeiçoe a governança das políticas públicas e prepare empresas e trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.

O Custo Rio estima os custos adicionais associados ao capital humano no estado, em R\$ 35,3 bilhões por ano comparado à média dos países da OCDE, valor equivalente a 2,6% do PIB estadual. As propostas deste eixo buscam ampliar o acesso à educação técnica e profissional, fortalecer o novo Ensino Médio integrado à formação profissional, reduzir barreiras à contratação formal, preservar a liberdade de organização da jornada e apoiar as micro, pequenas e médias empresas no cumprimento de obrigações regulatórias ligadas às relações de trabalho.



Educação

1. **Regulamentar a Lei nº 10.594/2024, garantindo passe livre no transporte público intermunicipal por ônibus aos estudantes do ensino médio e da formação técnica e profissional matriculados no SESI e no SENAI**, que atendam aos requisitos estabelecidos na referida norma. Articular, ainda, com as representações municipais para que instituem, por meio de lei municipal, a concessão do passe livre no transporte público local aos alunos bolsistas do SESI e do SENAI contemplados pela gratuidade regimental dessas instituições.
2. **Ampliar o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, preferencialmente em tempo integral, desenvolvida na forma articulada, integrada ou concomitante, com o Ensino Médio, bem como na forma subsequente, em atenção a concluintes do ensino médio, em sintonia com as políticas de desenvolvimento da indústria e de inovação do Estado do Rio de Janeiro, adotando medidas de apoio ao estudante para mitigação da evasão escolar.

